

RUP TURA

158
MARÇO
ABRIL
MAIO
2021
2€ | 3€ apoio

revista política do MAS 



Os problemas que afectam as mulheres durante a pandemia. Porque é fundamental sair à rua no 8 de Março?

VACINAS PARA TODOS

FIM ÀS PATENTES PRIVADAS

Editorial: Confinamento indefinido não é solução. Galp, TAP e EFACEC: interesses privados não defendem necessidades públicas. Governo Bolsonaro e a unidade necessária para o combater. Rússia: Putin e Navalny. Eleições na Catalunha

158

RUP TURA

sem comentários

sumário

CAPA

4 Campanha Internacional
Vacinas para todos!
Fim às patentes privadas!

NACIONAL

6 Pandemia
Estarão os Estados de
Emergência ao serviço de
salvar vidas?

8 Galp, TAP e EFACEC
Interesses privados não
defendem necessidades
públicas

FEMINISMO

**10 Os problemas que
afectam as mulheres na
pandemia**
Porque é que devemos sair
à rua no 8 de março?

**12 O mito da inferioridade
da mulher**
Texto teórico de Evelyn
Reed

INTERNACIONAL

14 Governo Bolsonaro
A unidade para o combater

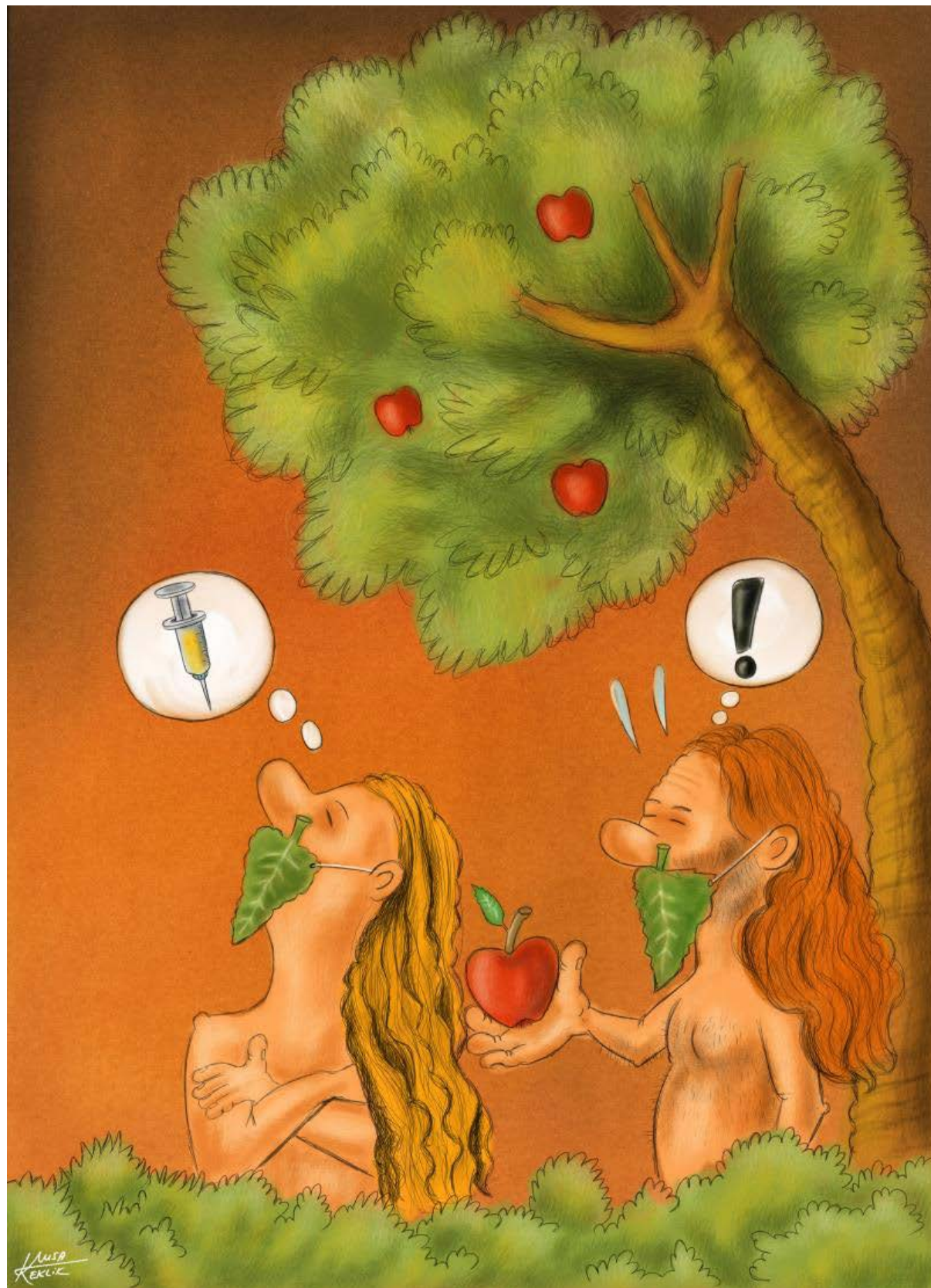
16 Rússia: Putin e Navalny

**17 EUA: Os primeiros dias
de Biden**

**18 Israel: "modelo" de
vacinação?**

**19 Eleições na
Catalunha**

**20 Liberdade para
Pablo Hasél**



Cartoon de Musa Keklik

**ÓRGÃO OFICIAL DO
MOVIMENTO ALTERNATIVA
SOCIALISTA (MAS)**

www.mas.org.pt

REVISTA RUPTURA
Proprietário: Gil Garcia
Diretor: João Pascoal
Redacção: Núcleo do Jornal e
Comunicação
Editor Gráfico: Daniel Pereira
Capa: Daniel Pereira

COLABORAM NESTE NÚMERO

Bruno Cancelinha, Daniel Pereira, Flávio
Ferreira, Nuno Galdes, Pedro Castro,
Renata Cambra, Teresa Antunes

SEDES DO MAS

Lisboa:
Rua António Pereira Carrilho, 5. 2º
Coimbra:
Rua Fernandes Tomaz, nº 69
Braga:
Alameda de Fajal, lj. 39

CONTACTO

revistaruptura@mas.org.pt

Nº ICS: 124814

Tiragem: 300 exemplares

Impressão: Espaço Gráfico,
R. Coronel Luna de Oliveira,
Nº 6 - A/B
1900 - 167 Lisboa

CONFINAMENTO INDEFINIDO NÃO É SOLUÇÃO. É PRECISO COMEÇAR A DESCONFINAR COM TESTAGEM EM MASSA E VACINAÇÃO PARA TODOS!

EDITORIAL

A despesa efetivamente executada pelo Governo PS durante o ano de 2020, ficou não só abaixo do Orçamento Suplementar, como da estimativa inicial do Orçamento do Estado para 2020 (OE 2020), o qual não contemplava a pandemia. A diferença entre o efectivamente gasto e aquilo que estava previsto no Orçamento Suplementar foi de €6,9 mil milhões¹. Não admira que sejamos dos países da UE que menos gastou na resposta à pandemia e que o nosso sistema de saúde tenha entrado em ruptura.

As medidas de ajuda aos trabalhadores e micro e PME, ainda que tenham servido para ir contendo uma parte da crise, demoram a chegar, são parcas ou são de impossível acesso. O desemprego aumenta, a fome e pobreza alastram entre os trabalhadores, as micro e PME vão falindo. A “bazuca” tarda em chegar naquilo que parece ser uma decisão deliberada em deixar cair os capitais mais frágeis, favorecendo a concentração dos capitais mais fortes. O desemprego oficial já atinge os 424.359 trabalhadores, enquanto o desemprego real deverá atingir o dobro deste número. Em Janeiro 2021, o número de encerramentos de empresas subiu 18,2% em termos homólogos. A avalanche de despedimentos e cortes salariais na TAP e Efacec, com a intervenção directa do Governo, é demonstrativa das suas preocupações sociais.

A vacinação está refém dos interesses das grandes farmacêuticas privadas, mas a UE, presidida pelo Governo Costa, prepara o passaporte de vacinação, limitando a circulação de pessoas apenas aos que já estão vacinados, mesmo sabendo que existe a possibilidade de alguém vacinado poder ser infectado e contagiar outros. A avançar, este será o novo reforço da política de controlo de fronteiras da “Europa fortaleza”.

Os trabalhadores, entregues a si próprios, com uma esquer-

da parlamentar refém do Governo, vão navegando ao sabor do medo. Entretanto, são os mais pobres que suportam os piores efeitos da crise. Como refere Daniel Oliveira, “não será por acaso que a única freguesia que vive um cerco sanitários há mês e meio é a mais pobre do país”² – Rabo de Peixe. Por sua vez, os maiores bancos a actuar em Portugal (CGD, BCP, BPI e Santander), excluindo o Novo Banco, alcançaram lucros de €1.100 milhões, em 2020, e o esquema fiscal da EDP permitiu-lhe a “poupança” de €110 milhões em impostos.

À falta de preparação e investimento nos serviços públicos, o Governo PS responde com o Estado de Emergência e respectivos confinamentos, por tempo indeterminado. À crise social e económica que recai sobre os trabalhadores e micro e PME, o Governo responde com promessas parcas e o exemplo dos despedimentos na TAP e Efacec. À falta de vacinas, a UE responde com passaportes de vacinação. Os nossos direitos democráticos vão sendo ameaçados, a crise e a desagregação social vão alastrando.

Após um mês e meio de um segundo confinamento geral e a atingir as metas definidas pelo Presidente da República, precisamos de dar início ao desconfinamento. O cansaço do confinamento torna-se insuportável. Para o fazer, precisamos de uma urgente estratégia preventiva contra o vírus que inclua testagens em massa, pelo menos, nos sectores mais expostos: escolas, indústria, construção, transportes públicos, etc e mais vacinação, muito mais vacinação. Precisamos que BE e PCP rompam definitivamente com o PS e retomem a oposição, mobilizem os trabalhadores e micro e PME e combatam os efeitos da crise social e económica. Esta é a estratégia que permitirá combater o crescimento da extrema-direita.

Testagem em massa! Vacinas para todos! Fim das patentes privadas!

CAMPANHA INTERNACIONAL

VACINAS PARA TODOS

FIM ÀS PATENTES PRIVADAS

Fará algum sentido entregar a produção e distribuição das vacinas à mercê dos mecanismos do mercado? Não, por várias razões.

A sacrossanta eficiência do mercado, que os liberais tanto apregoam, significa uma disputa fratricida entre os grandes grupos farmacêuticos para abocanharem os maiores benefícios possíveis, mas não a vacinação universal da população.

Deixar ao mercado a solução para a produção e distribuição das vacinas, sendo este regido pela propriedade privada de patentes, contratos secretos e a busca cega do lucro, só poderia resultar naquilo que está a acontecer: guerra entre os vários interesses privados pelas melhores fatias de mercado, como forma de realizar lucros imediatos, prejudicando o combate à pandemia.

Fará, então, algum sentido entregar a produção e distribuição das vacinas à mercê dos mecanismos do mercado? Não, por várias razões.

Em primeiro lugar, é completamente irracional deixar que a resolução para qualquer problema de saúde seja entregue aos interesses comerciais dos grandes grupos farmacêuticos. É transformar as nossas vidas em mercadoria, às mãos das farmacêuticas. O caso assume contornos mais graves na situação de pandemia mundial que travessamos. Caso ainda não tenhamos percebido, e as classes dominantes esforçam-se por escondê-lo, foi precisamente a anarquia do mercado e a avidez pelo lucro, com as suas consequências sobre o ambiente do planeta, que nos trouxe a esta pandemia. Porque haveremos de confiar no mercado para encontrar uma solução?

Em segundo lugar, devemos questionar-nos se queremos que a saúde seja um negócio. Os liberais, classes dominantes e até a extrema-direita têm vindo a reavivar o seguinte raciocínio: o serviço de saúde público tem

muitas carências, pelo que a sua resolução passa precisamente pela substituição por serviços privados, em que cada um terá supostamente serviços de “qualidade”. Este raciocínio é falso, basta conhecer um pouco do sistema de saúde liberalizado dos EUA e as enormes lacunas que tem para oferecer. Não será um acaso que uma das mais importantes reivindicações sentidas nos EUA seja, de há anos para cá, a criação de um sistema de saúde público, universal e gratuito. Mas se isso não for suficiente, é do conhecimento público que, em Portugal, o sector privado da saúde se dedica a tratar “clientes” que representem lucro. O que não é lucrativo, é enviado para o sector público.

Em terceiro lugar, devemos questionar-nos sobre o sentido de manter privada a tecnologia das vacinas contra a COVID-19. Inicialmente, as farmacêuticas foram preparando o terreno para que a vacina apenas fosse encontrada num prazo de anos, se é que alguma vez chegasse a existir. A razão de as farmacêuticas demonstrarem tão pouco interesse pelo desenvolvimento de uma vacina contra a COVID-19 está no facto de o desenvolvimento de vacinas, especialmente nos casos de emergência aguda, não se ter revelado muito lucrativo no passado. A investigação exige muito investimento, existe uma elevada probabilidade em não se conseguir resultados satisfatórios e as vacinas, geralmente, são administradas uma única vez. Portanto, as grandes farmacêuticas vêm muito risco e pouco retorno imediato.

O desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19, em apenas 10 meses, só foi possível porque houve uma mobilização gigantesca de recursos públicos. Segundo a BBC, “somente quando governos e agências entraram em cena com promessas de financiamento é que elas [as

grandes farmacêuticas] começaram a se mexer”¹. Dois terços do investimento nas novas vacinas foi garantido por recursos públicos, ou seja, pelos nossos impostos. No total, os governos terão investido \$8,6 mil milhões de dólares, os grandes grupos farmacêuticos apenas \$3,4 mil milhões de dólares e \$1,9 mil milhões de dólares terão vindo de “organizações sem fins lucrativos”². Os liberais e classes dominantes bem que se apressaram a retirar daqui a conclusão de que a parceria entre público e privado é que nos permitiu alcançar a vacina tão rapidamente. Um absurdo! A parceria público privada para a criação das vacinas está a funcionar como qualquer outra: os custos ficam para todos nós e os benefícios ficam para as farmacêuticas privadas. Da fase de investigação e desenvolvimento aos seguros de risco, tudo foi garantido, pelos governos, às farmacêuticas.

Faz, portanto, algum sentido que a vacina seja propriedade exclusiva das farmacêuticas? Estes primeiros meses de vacina já nos dizem que não. Os países mais ricos estão a tratar de si: garantindo as patentes das vacinas para as suas farmacêuticas e guerreando, entre si, para ocupar mercado. Não está garantido um sistema que permita a mais rápida vacinação, do máximo de pessoas, em todo o planeta.

A OXFAM, por exemplo, calcula que nove em cada dez pessoas dos países pobres não tenham acesso à vacina este ano. Com a exclusividade de patentes nas mãos, as grandes farmacêuticas estão também a tratar de si: vão assinando contratos secretos com os governos, através dos quais recebem chorudas importâncias, sem sequer se comprometerem com prazos de fabricação e entrega.

O caso da AstraZeneca é elucidativo: depois de não

É preciso libertar as patentes das amarras dos interesses privados. A anarquia do mercado deu numa guerra pelas vacinas. O Governo de António Costa, a liderar a Presidência do Conselho da UE, tem o dever de batalhar pelo fim das patentes privadas.

terem cumprido os prazos de produção e entrega do primeiro trimestre do ano, acabam de anunciar que também não o conseguirão fazer para o segundo trimestre, enquanto anunciam já um lucro de 2.592 milhões de euros em 2020, mais 159% do que em 2019!³.

A oferta está nas mãos das grandes farmacêuticas. Charles Michel, actual presidente do Conselho Europeu, “insinua que os laboratórios estão a gerir a produção e distribuição em função dos seus interesses comerciais”⁴. “Moderna e Pfizer prometeram aos seus acionistas encaixes da ordem dos 5 e 15 milhares de milhões”⁵.

É catastrófico. Quem detém as patentes é fornecido em primeiro lugar. Quem não tem acesso à tecnologia das vacinas pode contentar-se com a morte. Sem vacinação global, estará mais longe uma solução para a pandemia.

O poder das grandes farmacêuticas está a sobrepor-se à vida de milhões de pessoas e é precisamente este o poder que devemos enfrentar. Muitos dos que concordam com isto, não deixam de prestar reverência ao mercado, afirmando que “não se trata de nacionalizar ou expropriar”⁶.

Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, apelou às farmacêuticas para disponibilizarem a “receita” das vacinas. Infelizmente, a resolução deste problema não passará por apelos morais dirigidos às grandes farmacêuticas. Estas só compreendem a linguagem mercantil e só reagem às suas perspetivas de lucro.

É urgente enfrentar os poderes instalados das grandes farmacêuticas. Precisamos de tornar público aquilo que foi conseguido com os recursos públicos: a tecnologia das vacinas contra a COVID-19. Ou seja, precisamos de uma produção aberta, em muito mais fábricas, globalmente dispersa e a baixo preço.

A abertura da tecnologia de produção da vacina pode ajudar a salvar milhões. “Mais: face à escalada de novas variantes, as vacinas necessitarão de permanentes atualizações, faltando ainda saber quantos anos vamos ter de administrar doses a quase toda a população mundial. Portanto, este esforço tem de ser open source e global”.

Para tal, é preciso libertar as patentes das amarras dos interesses privados. A anarquia do mercado deu numa guerra pelas vacinas. O Governo de António Costa, a liderar a Presidência do Conselho da UE, tem o dever de batalhar pelo fim das patentes privadas.

Notas

¹ <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55318843>

² <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55318843>

³ <https://www.dinheirovivo.pt/empresas/lu-cros-da-astrazeneca-cresceram-159-para-2592-milhoes-13340187.html>

⁴ <https://expresso.pt/opiniao/2021-02-08-Vacinas-e-UE-ja-nem-gananciosos-conseguimos-ser>

⁵ <https://www.publico.pt/2021/02/07/opiniao/opiniao/dinheiros-publicos-vacinas-privadas-razoes-producao-contagotas-1949565>

⁶ <https://www.dn.pt/opiniao/oms-partilhem-a-formula-produzam-se-vacinas-free-13324300.html>

CONSULTA A CAMPANHA INTERNACIONAL PELO FIM DAS PATENTES PRIVADAS DAS VACINAS CONTRA A COVID-19, ASSINA E AJUDA-NOS A DIVULGÁ-LA.

O MAS associou-se à campanha internacional lançada pela UIT (União Internacional dos Trabalhadores) pelo fim das patentes privadas das vacinas para a Covid19. Em Portugal, já assinaram:

Adriano Zilhão, Economista e membro do Bloco de Esquerda; António Garcia Pereira, Advogado; André Traça, Médico internista e investigador em doenças infecciosas; António Paço, Historiador; Raquel Varela, Historiadora e professora universitária; Gil Garcia, dirigente do MAS; Pedro Soares, Professor Universitário, dirigente do Bloco de Esquerda, Deputado XIII Legislatura 2015-2019; Mário Tomé, Coronel, Militar de Abril, Ex-Deputado; Guadalupe Portelinha, Professora, Dinamizadora Cultural e Associativa; Manuela Tavares, Investigadora em Estudos de Género, ativista feminista; José Casimiro, Ativista social e laboral; Sindicato de Trabalhadores de Call Center; Rede Unitária Antifascista

Leia o código QR, assine e proponha na sua organização e/ou colectivo, o texto da campanha é o seguinte:

Os abaixo-assinantes, dada a persistência e gravidade da pandemia da Covid-19 e a crise global dos planos de vacinação, exigimos que as patentes médicas para vacinas e medicamentos para Covid-19 não se apliquem. Repudiamos a gestão irresponsável da indústria farmacêutica privada, seu sigilo e o fracasso das empresas multinacionais de distribuição de vacinas em sua busca pelo lucro com a pandemia.

Os governos devem exigir a isenção de patentes e ignorar unilateralmente essas patentes para métodos de diagnóstico, tratamentos e vacinas contra a Covid-19 enquanto durar a pandemia. Além disso, deve ser coordenado um plano emergencial para a produção e distribuição em massa de vacinas gratuitas para todos os países do mundo.

Nos somamos às diversas iniciativas que visam mobilizar pela reivindicação da abolição ou suspensão de patentes até a obtenção da imunidade coletiva global. Entre elas, aquela dos Médicos sem Fronteiras (“Não às patentes. Saúde não é um negócio”) ou o pedido apresentado à OMS pela Índia e África do Sul, apoiado por 99 países, que propõe a isenção de patentes de instrumentos médicos para combater a Covid-19.



PANDEMIA

ESTARÃO OS ESTADOS DE EMERGÊNCIA E RESPECTIVOS CONFINAMENTOS AO SERVIÇO DE SALVAR VIDAS?

A pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 motivou a entrada em vigor de legislação inédita em todo o mundo. O confinamento, legalmente proporcionado pelo Estado de Emergência, demonstrou-se um recurso eficaz para forçar o isolamento físico das pessoas e travar as cadeias de contágio. Neste momento, com a terceira vaga da pandemia ainda em desenvolvimento, quase toda a Europa sofre, novamente, algum tipo de estado de excepção, com medidas de confinamento.

Não podemos perder de vista que o Estado de Emergência abre períodos de excepção legal para os governos aplicarem medidas que contrariam os direitos democráticos historicamente conquistados e constitucionalmente previstos. A restrição de liberdades é já um dos principais problemas associados aos Estados de Emergência que foram decretados, com graves consequências sobre a saúde pública, os rendimentos dos trabalhadores, o emprego e as micro e PME. Não estamos certos que efeitos terão sobre os regimes políticos europeus, mas é certo que deixarão marcas. Há motivos para temer o desenvolvimento de restrições aos nossos direitos democráticos. E não nos iludamos: a ameaça à democracia é tão ou mais perigosa que a pandemia. A ciência vive de democracia. Sem ela, torna-se um dogma. E nós precisamos da ciência para vencer a pandemia.

O ESTADO DE EMERGÊNCIA COMO RESPOSTA À DESCAPITALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Contrariamente ao que nos tem sido dito pelo Governo de António Costa e pelos media, o SNS entrou em ruptura. Os milhares de doentes que ficaram por acompanhar, o aumento de mortos não-COVID-19, os problemas de saúde mental que atravessamos e a exaustão a que os profissionais de saúde estão a ser sujeitos é disso prova mais que suficiente.

Podemos olhar para qualquer outro serviço público

e encontramos os mesmos problemas: desinvestimento e descapitalização em benefício dos privados. Este tem sido o plano neoliberal aplicado, nas últimas décadas, pelos sucessivos governos, em Portugal e no resto da Europa. A pandemia apenas veio tornar evidente os problemas advenientes da destruição das políticas sociais.

As infecções alastram, o número de doentes internados e a precisar de cuidados intensivos aumenta até à saturação dos sistemas de saúde descapitalizados, as mortes diárias acumulam-se e o medo ganha uma amplitude social. Sem suporte social, vivemos na selva do “cada um por si”. A crise social e económica alastra, alimenta a ansiedade, o abandono, o desespero e a desagregação social. Sobra, portanto, a força bruta para conter o possível descontentamento.

O sacrifício e a humanidade com que os profissionais de saúde tratam os doentes não será suficiente para evitar a desumanização a que temos sido sujeitos. Sem serviços públicos devidamente dotados, as populações desesperadas, acabam por não ver outra alternativa que não seja o Estado de Emergência e o confinamento, chegando mesmo a exigí-lo. O papel dos governos fica assim facilitado. Empurrando responsabilidades para onde as circunstâncias permitirem, os governos conquistam uma ampla margem de manobra para decretar os Estados de Emergência e todo o tipo de restrições às nossas liberdades, direitos e garantias.

Temos combatido a pandemia com o mínimo de políticas sociais, mas muito policiamento. Está instalado um clima de medo, suspensão da democracia que cria precisamente o ambiente social que alimenta as mais

nefastas tendências políticas autoritárias e reacionárias. O perigo é real. Ainda para mais, quando os Estados de Emergência são aplicados precisamente pelos governos que têm destruído as políticas sociais e que nos trouxeram até aqui.

JÁ É UMA REALIDADE: A PANDEMIA OFERECEU UM “PRETEXTO CONVENIENTE” PARA CONSOLIDAR O PODER, SUPRIMIR AS VOZES DISSIDENTES E EVITAR O CONTROLO DO ESTADO

O que acabamos de referir, não é uma mera opinião. O recente relatório do IDEA (sigla inglesa de Instituto Internacional para a Democracia e a Assistência Eleitoral), intitulado Global State of Democracy in Focus, avaliou os impactos preliminares da pandemia na democracia, em 2020, a nível mundial e concluiu que “em termos gerais, o que a crise sanitária provocou em muitos lugares foi “uma aceleração dos processos de deterioração da democracia que já estavam em curso”¹. Aquele mesmo relatório afirma que “quase metade das democracias globais aplicou restrições que foram ilegais, desproporcionais ou desnecessárias”². Dois dos aspetos mais afetados pelas medidas de contenção contra a pandemia foram a liberdade de expressão e a integridade dos media e 43% das democracias aplicaram medidas de combate contra a crise sanitária que prejudicaram valores políticos e cívicos essenciais.

Um exemplo evidente é a “Lei de Segurança Global”, proposta por Macron, em França, no fim do ano de



2020, através da qual se pretendia proibir cidadãos e jornalistas de divulgar, denunciar ou investigar qualquer acto de violência policial, sob pena de prisão de até 1 ano e multa de €45 mil. Sob uma permanente contestação popular nos últimos anos, Macron pretendia limitar direitos democráticos elementares de escrutínio público sobre a acção do Estado, encobrindo a brutalidade e racismo policiais. André Ventura, da extrema-direita portuguesa, aproveitou imediatamente para fazer uma proposta idêntica, em Portugal.

Em alguns casos, as medidas aplicadas através do Estado de Emergência provocaram mesmo restrições políticas, como o adiamento de eleições. É o caso do Governo de Hong Kong que, em Julho de 2020, sob uma contestação popular com repercussões mundiais, aproveitou para adiar por um ano as eleições, evitando que o descontentamento se refletisse nas urnas³. Rui Rio, com perspectivas eleitorais negativas, já propôs o mesmo para as eleições autárquicas portuguesas de 2021.

Mitigar a disseminação da COVID-19 levou autoridades de todo o mundo a “restringirem as liberdades individuais, os direitos económicos e sociais e a solidariedade global”, conclui um analista político e perito em direitos humanos da organização não-governamental Democracy Reporting International (DRI). Com a actividade sindical e política limitadas, com os trabalhadores mais isolados e sob um clima de medo, podemos aqui incluir a vaga de despedimentos que os grandes grupos económicos e financeiros estão a aproveitar para fazer.

A DRI refere ainda que a pandemia ofereceu um “pretexto conveniente” para consolidar o poder, suprimir as vozes dissidentes e evitar o controlo do Estado. Isto não se limita a regimes democráticos recentes ou débeis, “os casos de democracia em queda estão no seio da União Europeia”. No Estado espanhol, onde

existe um extenso historial de mais de 100 presos políticos por simplesmente expressarem a sua opinião, acaba de ser julgado e preso mais um jovem músico, Hasél, sob a acusação de “injúrias à monarquia e a instituições do Estado, em publicações na rede social Twitter e através de uma canção”, em mais um caso evidente caso de subtração do direito à liberdade de expressão. A pandemia está a aprofundar regimes autocráticos em países não-democráticos e a retirar liberdades e direitos nos regimes democráticos e ainda vamos. Juntamos aqui a repressão, com tácticas de guerra, às manifestações nos EUA e o ataque ao Capitólio, em início de Janeiro de 2021.

Segundo a própria UE, existem problemas quanto ao Estado de direito em todos os Estados membros⁴, que se têm aprofundado com a pandemia e as medidas adoptadas. Polónia e Hungria são os casos mais evidentes em que a independência dos tribunais está sob “séria ameaça”, mas a estes juntam-se a Bulgária, Croácia, Eslováquia e Roménia, onde “a resiliência das normas que salvaguardam o Estado de direito está a ser testada” pelo poder político e as “falhas estão a tornar-se evidentes”. Na Hungria, logo nos primeiros meses da pandemia, até Maio de 2020, tinham sido presas 16 pessoas e desencadeadas dezenas de investigações a críticos de Órban nas redes sociais, com base na Lei do Estado de Emergência, que permite ao primeiro-ministro governar por decreto⁵. Em Outubro de 2020, o Governo nacionalista e ultraconservador polaco, conseguiu fazer aprovar, pelo Tribunal Constitucional, para o qual nomeia os seus juízes, mais restrições ao direito ao aborto, num país onde o acesso ao aborto já é dos mais limitados da Europa.

Portugal também não tem passado incólume. O actual Estado de Emergência sem fim à vista, a diminuição de debates parlamentares, diminuindo o escrutínio democrático do Governo, a diminuição das medidas de

Todos estes efeitos sobre as nossas democracias, são o reflexo do sistema capitalista em que vivemos, cujas elites dominantes estão dispostas a sacrificar as políticas sociais, a democracia, a ciência, a vida, tudo em função da protecção dos seus próprios benefícios e lucros imediatos.

controlo e acompanhamento dos gastos públicos e da forma como serão investidos os capitais que chegarão da “bazuca” europeia, assim como a intervenção na TAP, seguida de milhares de despedimentos e cortes salariais, são exemplificativos da forma como as medidas de combate à pandemia têm efeitos sobre a nossa democracia.

A juntar a tudo isto, não podemos deixar de referir a propriedade exclusiva das vacinas que impedem a sua produção e distribuição democráticas, essenciais para o combate eficaz à pandemia, a nível mundial.

Todos estes efeitos sobre as nossas democracias, são o reflexo do sistema capitalista em que vivemos, cujas elites dominantes estão dispostas a sacrificar as políticas sociais, a democracia, a ciência, a vida, tudo em função da protecção dos seus próprios benefícios e lucros imediatos. Para defender a democracia, a ciência e as nossas próprias vidas, precisamos pôr um fim ao capitalismo e aos governos que o suportam.

Mais políticas sociais!

Não ao Estado de Emergência!

Notas

¹ <https://leitor.expresso.pt/semanario/semanario2512/html/primeiro-caderno/internacional/a-maior-ameaca-ainda-esta-para-vir>

² <https://expresso.pt/coronavirus/2020-12-09-Covid-19-Muitas-democracias-usaram-medidas-ilegais-ou-desnecessarias-no-combate-a-pandemia>

³ <https://www.publico.pt/2020/07/31/mundo/noticia/governo-hong-kong-adia-eleicoes-legislativas-ano-causa-novo-surto-covid19-1926586>

⁴ <https://www.publico.pt/2020/09/30/mundo/noticia/hungria-polonia-nao-sao-unicos-paises-estao-testar-normas-estado-direito-ue-1933509>

⁵ <https://www.publico.pt/2020/05/16/mundo/noticia/combate-coronavirus-hungria-inclui-detencoes-criticos-orban-redes-sociais-1916889>

GALP, TAP E EFACEC

INTERESSES PRIVADOS NÃO DEFENDEM NECESSIDADES PÚBLICAS

por PEDRO CASTRO

A GALP anunciou recentemente o encerramento da refinaria Petrogal, em Matosinhos. Cerca de 1.500 trabalhadores (entre directos e indirectos) irão perder os seus postos de trabalho¹. É mais um passo na desindustrialização do país e na diminuição da nossa capacidade produtiva.

Esta decisão irresponsável teve o patrocínio do Governo PS em funções que a justifica com a necessidade de “descarbonização” da economia. A GALP, apesar de não o ter reconhecido oficialmente, pretende apostar no hidrogénio e no lítio. O novo presidente executivo da Galp, Andy Brown, já confessou ser um defensor acérrimo do hidrogénio². A GALP comprou 10% da empresa que irá explorar a mina de lítio em Covas do Barroso (Boticas) e assegurou o direito a 50 % da sua produção anual. Ou seja, a administração da GALP e o actual Governo PS estão em perfeita sintonia para a criação das condições de extracção, refinação e produção das baterias de lítio em Portugal, com o habitual patrocínio comunitário.

No entanto, como têm alertado várias organizações e colectivos ambientalistas, a exploração de lítio é altamente prejudicial para o ambiente, provocando alteração da morfologia do terreno, contaminação dos solos e alterações nos meios hídricos.

GALP: MAIS UM “BRINDE” DO ESTADO AOS CAPITALISTAS

A empresa Galp Energia foi criada em 1999, pelo Governo de António Guterres, já com o objectivo de privatizar a totalidade dos sectores do petróleo e do gás natural, integrando as empresas Gás de Portugal e Petrogal, esta última já em processo de privatização desde o início da década de 1990, com o Governo de Cavaco Silva.

Por outras palavras, os Governos PS e PSD/CDS-PP, na qualidade de gestores dos negócios dos grandes grupos económicos nacionais, entregaram uma empresa estratégica do país à visão curta daqueles que só olham para acumulação imediata de lucros soberbos.

Entre 2009 e 2019, os dividendos da Galp aumentaram em 249,2% (subiram de €166 milhões para €580 milhões). A Galp dos €4.183 milhões de lucros que obteve no período 2009/2019, distribuiu aos seus accionistas €3.542 milhões em dividendos³. Estes lucros são possíveis através dos preços exorbitantes que cobram pelo combustível. Portugal é um dos países da UE onde o combustível é mais caro.

Em 2008, o Governo de Sócrates ofereceu um brinde fiscal à Galp de €211 milhões perdoados em IRC, para

compensar o “esforço” da empresa pela modernização das refinarias de Sines e Matosinhos. Como é hábito, os sucessivos Governos PS e PSD/CDS-PP vão ajudando a gerir os interesses dos vários sectores da burguesia.

Quase metade dos dividendos distribuídos estão isentos de impostos, uma vez que 46,4% do capital da Galp pertence a empresas sediadas no estrangeiro. A Galp já deu mais dinheiro em dividendos a um punhado de pode-



A Galp, dos €4.183 milhões de lucros que obteve no período 2009/2019, distribuiu aos seus accionistas €3.542 milhões em dividendos. Estes lucros são possíveis através dos preços exorbitantes que cobram pelo combustível.

rosos grupos económicos do que aquilo que o Estado arrecadou com as várias fases de privatização. A Galp é imprescindível para o país, pelo que não deveria ser controlada por um grupo restrito de grandes accionistas privados. A Galp tem de ser gerida de acordo com o interesse público, com visão estratégica, o que significa reestruturá-la e apetrechá-la para a necessária transição energética. A nacionalização da Galp permitiria combustíveis mais económicos, assim como a aplicação dos lucros numa verdadeira transição para fontes de energia verdadeiramente limpas, ao contrário da falsa solução “verde” do lítio e do hidrogénio.

A avalanche privatizadora inicia-se em 1990 com os Governos Cavaco, numa jogada para reconstruir, fortalecer e enriquecer os maiores grupos económicos portugueses. Primeiro, foram os bancos e seguros, depois vários sectores importantes da indústria (cimento, química, petrolífera), assim como a rodoviária nacional. A burguesia portuguesa, neste período, açambarcou grandes empresas e esfregou as mãos antevendo os lucros colossais que iria obter rapidamente. Poucos, mas poderosos, os grandes grupos económicos ficaram com empresas lucrativas a preços de saldo, em negócios opacos.

Na segunda metade da década de 1990, para além da Galp privatizou-se a Brisa e a Portugal Telecom. Todas elas detinham o monopólio do respectivo sector. Negócios chorudos. A partir de Passos e Sócrates, a burguesia portuguesa perde força face aos capitais estrangeiros. A EDP, por exemplo, fica nas mãos da empresa chinesa Three Gorges, controlada pelo governo de Pequim.

TAP E EFACEC

As duas empresas foram intervencionadas pelo Estado, depois de a gestão danosa dos privados as levar à falência. A TAP tem sido gerida de forma ruinosa, com principal destaque para as péssimas compras da Portugalgália e da Varig Manutenção & Engenharia. Mas os responsáveis por esta gestão não foram responsabilizados e receberam quantias chorudas enquanto que aqueles que não são responsáveis pelos prejuízos da TAP,

os seus trabalhadores, muitos irão para o desemprego e outros irão sofrer cortes salariais.

O dinheiro que o Governo e a administração da TAP dizem não haver para manter os postos de trabalho e os salários actuais, não faltou para Neeleman, que levou €55 milhões, a garantia do Estado de que a dívida da TAP à sua outra empresa, a Azul, vai ser paga e a garantia que não sai culpabilizado pela sua gestão danosa.

O ministro das infraestruturas Pedro Nuno Santos em junho de 2020 dizia: “os despedimentos não têm de ser inevitáveis. Há várias formas de fazermos uma reestruturação da empresa. O que ela tem é de ser feita com os sindicatos e há várias formas de fazermos isso. Os sindicatos têm várias sugestões e propostas. É um trabalho que vamos fazer”⁴. Depois destas declarações, mais de 1.200 trabalhadores já perderam o emprego, e outras centenas se seguirão. Inevitáveis são as mentiras sistemáticas do Governo PS, para esconder que são funcionários submissos de Bruxelas. E a UE pretende enfraquecer a TAP para que a sua fatia de mercado possa ser açambarcada pelas gigantes aéreas no apetecível hub de Lisboa, com relações privilegiadas com o Brasil, mas também com os EUA.

Quanto à Efacec, o Governo anunciou que com a sua reprivatização, a realizar nos próximos 6 meses, serão despedidos cerca de 500 trabalhadores⁵, sendo que já existe uma lista de 200 trabalhadores na porta do despedimento. O objetivo é descartarem-se de trabalhadores efectivos e contratarem trabalhadores precários para, desta forma, diminuir as despesas com salários. A perseguição aos trabalhadores tem sido prática corrente das administrações da empresa. Em 2018, duas dezenas de trabalhadores foram vítimas de um despedimento colectivo. A Efacec é uma empresa estratégica para o país, não pode fechar, nem perder mais postos de trabalho. Se a Efacec é uma empresa de referência, presente em várias dezenas de países, é graças a todas e todos os seus trabalhadores.

A gestão privada da TAP como a gestão privada da Efacec conduziram estas empresas a situações dramáticas. Pelas empresas que são, pela importância que têm na economia do país, pelo número de trabalhadores que empregam, não podem continuar a ser geridas pelos privados.

Destruíu-se o sistema produtivo, entregaram-se empresas estratégicas ao estrangeiro, destruíram-se empregos e criaram-se novos postos de trabalho mais precários e mal remunerados. Ficámos com a economia assente em turismo, call-centers, imobiliário e combustíveis fósseis. Os sucessivos governos não têm um pla-

no para o país, pelo que as empresas estratégicas vão navegando ao sabor dos interesses privados, distribuindo dividendos chorudos à custa dos preços que cobram e dos salários de miséria que pagam aos trabalhadores.

Empresas públicas que demoraram décadas a ser construídas, para depois serem abocanhadas num ápice pela voracidade dos grandes grupos económicos. Não é possível para qualquer país, uma rede de transportes, comunicação, sem centralização, planeamento e investimento.

Todas elas, depois de irem para as mãos dos privados, foram “reestruturadas”, através de reformas antecipadas e despedimentos. A Segurança Social ficou com os custos destas operações, reduziu-se o número de trabalhadores e contrataram trabalhadores com salários mais baixos.

Uma verdadeira nacionalização da TAP, Efacec e Galp, ao serviço do interesse público e não dos lucros privados, é urgente. Em vez de indemnizar os accionistas privados, o Governo PS deveria apurar responsabilidades pela gestão danosa e imputar-lhes os custos devidos. Ou iremos, como é habitual, continuar a tapar buracos económicos e financeiros de todos os privados falidos? Estas empresas, pela importância que têm no país precisam de um plano estratégico em defesa do interesse público, da nossa soberania e dos nossos empregos. E isso, neste momento, só se garantirá com a mobilização dos trabalhadores destas empresas, unindo as suas lutas, pela nacionalização destas empresas. Urge um plano de reconversão produtiva em defesa do emprego com qualidade e de um sistema económico ambientalmente sustentável.

Notas

¹ https://www.rtp.pt/noticias/mundo/encerramento-da-refinaria-em-matosinhos-pode-ter-impacto-em-1500-postos-de-trabalho_v1288867

² <https://expresso.pt/economia/2021-02-10-Novo-presidente-da-Galp-quer-explorar-oportunidades-no-litio-nas-baterias-e-no-hidrogeni>

³ <https://www.jornaltornado.pt/fecho-da-refinaria-em-matosinhos-e-destruicao-de-emprego/>

⁴ <https://www.jornaldenegocios.pt/empresas/detalhe/pedro-nuno-santos-despedimentos-nao-tem-de-ser-inevitaveis-para-reestruturar-tap>

⁵ <https://expresso.pt/economia/2021-02-04-Efacec-ja-tem-lista-com-quase-200-trabalhadores-a-dispensar>

OS PROBLEMAS QUE AFECTAM AS MULHERES DURANTE A PANDEMIA. PORQUE É FUNDAMENTAL SAIR À RUA NO 8 DE MARÇO?

A pandemia da COVID-19 pôs a descoberto e aprofundou as desigualdades de género. Se já antes desta situação, a maioria do trabalho doméstico e de cuidados recaía sobre as mulheres, com o fecho das creches e das escolas, os serviços de saúde sobrecarregados ou em rutura e as medidas de isolamento e confinamento, tudo se agravou. É sobre a mulher que continua a recair a grande maioria do trabalho doméstico.

Como é de esperar, essa enorme sobrecarga tem efeitos graves na saúde mental, havendo um aumento muito maior do stress nas mulheres do que nos homens a nível mundial.

Além disso, a crise económica e a falta de investimento na saúde têm tido consequências no acesso a contraceptivos e ao aborto seguro, nos países em que esse direito foi conquistado. Onde ele é limitado, a pandemia, a crise, o confinamento geral das populações, o clima de medo e a falta de recursos médicos é usada para restringir o acesso ao aborto.

Também o desemprego e a desigualdade salarial, assim como a violência doméstica, agora mais escondida, aumentaram.

Ainda que o vírus não distinga fronteiras, nem géneros, nem classes sociais, o mesmo não se pode dizer do seu impacto na saúde e nas condições de vida da população. Para além de serem as mais afetadas, as mulheres são também a maioria dentro das profissões ligadas à saúde e nos serviços. Por todo o mundo têm estado na linha da frente, não só na luta contra a pandemia, como na luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Em Portugal, as mulheres são maioria em grande parte dos setores que não permitem o teletrabalho. É o caso dos setores cuja atividade foi mais afetada pela pandemia, como serviços, limpezas, comércio, restauração, turismo, cabeleireiros, e também nos sectores essenciais como a saúde, educação e supermercados.

A par disso, 85% das famílias monoparentais são sustentadas por mulheres. No primeiro mês de confinamento, em Março de 2020, 9 em cada 10 postos de trabalhos extintos eram ocupados por mulheres. 57% dos novos desempregados são mulheres.

Além disso, as mulheres representaram 62% dos 644 mil ausentes do trabalho no segundo trimestre de 2020, por ocuparem postos em que não era possível nem o teletrabalho, nem a ida ao emprego.

Todos estes dados confirmam que a situação laboral das mulheres em Portugal se tornou ainda mais instável e precária durante a pandemia, contribuindo para a sua insegurança a nível económico e social.

Mesmo assim, os problemas não terminam aí, já que, em Portugal, as mulheres ganham atualmente menos 14,4% do que os homens, ocupando postos de trabalho em setores onde maioritariamente os vínculos são precários, os horários desregulados e onde se recebe o salário mínimo, além da discriminação que sofrem muitas mulheres por serem mães, perdendo prémios de desempenho, ao fim do mês, por terem de cuidar dos filhos.

Ao receio do vírus, somam-se a exclusão social, a falta de condições na habitação, o perigo de perder o emprego com o fecho de empresas, o medo dos cortes nos salários, a insegurança dos contratos de trabalho, a sobrecarga dos cuidados familiares. É urgente exigir melhores condições para as mulheres da classe trabalhadora, combatendo as desigualdades de género.

Em Portugal, as mulheres são maioria em grande parte dos setores que não permitem o teletrabalho. É o caso dos setores cuja atividade foi mais afetada pela pandemia, como serviços, limpezas, comércio, restauração, turismo, cabeleireiros, e também nos sectores essenciais como a saúde, educação e supermercados.



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, AGORA MAIS ESCONDIDA, AUMENTA

Relativamente às denúncias e pedidos de ajuda, Janeiro de 2020 teve um número elevado de registos, mas com o início do primeiro confinamento, entre Março e Abril, os pedidos de ajuda e denúncias às forças de segurança diminuíram 39%, havendo, no entanto, um aumento de pedidos de informação e de ajuda por terceiros, como vizinhos ou amigos.

Após o primeiro desconfinamento, os pedidos de ajuda à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica duplicaram. 329 mulheres, 220 crianças e 15 homens vítimas de violência doméstica foram acolhidos em casas-abrigo durante a pandemia, até Novembro de 2020. Nos pedidos de acolhimento de emergência, surgiram muitos casos de mulheres vítimas de violência doméstica pela primeira vez, em relações conjugais com conflitos e discussões, em que o aumento da tensão, relacionado com as dificuldades levantadas pela pandemia, terá evoluído para situações mais violentas. Já 70% dos pedidos de ajuda vieram de contextos em que a violência existia e se intensificou, pelos mesmos motivos.

Note-se que a violência contra a mulher não se limita a agressões físicas e psicológicas. A violência que vivemos é também económica e laboral: a precariedade e a instabilidade laboral, os horários desregulados e salários baixos, a falta de apoios à maternidade e de condições de habitação, a segregação laboral, tudo isto são formas de violência vividas diariamente por milhares de mulheres trabalhadoras. O fim da violência contra a mulher exige luta contra o machismo, que também é a luta por direitos laborais, sociais e económicos.



MULHERES POLACAS E ARGENTINAS MOSTRAM O CAMINHO

Na Polónia, onde as mulheres que há uns anos abriram o caminho para um 8 de Março combativo, internacional e solidário, estas mesmas mulheres voltaram a sair massivamente à rua, nos últimos meses de 2020, em luta contra o governo nacionalista e ultraconservador, de extrema-direita, que lhes acaba de restringir, ainda mais, o direito ao aborto (a nova lei entrou em vigor a 27 de Janeiro de 2021), num país onde esse direito já é dos mais restritos da Europa. Não devemos esquecer que o Governo da Polónia influenciou a própria decisão do tribunal constitucional, uma vez que este é um dos órgãos judiciais nomeado pelo próprio governo.

À luta juntaram-se trabalhadores de vários setores e LGBTs que contestam o governo de extrema-direita. A classe trabalhadora polaca, com especial enfoque para as mulheres, mostra novamente o caminho para combater as desigualdades e a crise que enfrentamos, deixando claro que a luta das mulheres deve ser uma luta de toda a classe trabalhadora.

Na Argentina, as mulheres lutam há décadas pela legalização do aborto. No seguimento de discussões nos Encontros Nacionais de Mulheres que tiveram lugar em 2003 e 2004, foi lançada a 28 de maio de 2005 a Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito. A campanha ganhou força no processo de lutas que se abriu em 2015 com o surgimento do movimento Ni Una Menos contra os brutais feminicídios que ocorrem todos os dias no país. Fartas da inação do Estado, as mulheres argentinas começaram a ocupar as ruas, em massa, em vários atos de repúdio à violência machista e reivindicando medidas de combate a este problema social.

Desde então, o movimento feminista tem vindo a crescer e a impulsionar a organização das mulheres, a nível internacional, pelo fim da violência e da discriminação machista.

As grandes mobilizações que ocorreram na Argentina nos últimos anos, identificadas pelos panos verdes, tiveram como eixo central a legalização do aborto.

De acordo com as estimativas realizadas com base no número de internamentos em hospitais públicos por complicações após um aborto voluntário, um estudo de 2005 apontava para cerca de 447 mil abortos, nesse ano, na Argentina. São números preocupantes e que se multiplicam quando olhamos para o resto da América Latina onde o aborto apenas é legalizado em 4 países. É a região do mundo com maior número de abortos proporcionalmente (44 a cada mil mulheres, por ano). Neste cenário, a vida das mulheres está sob constante ameaça. Este é um problema que afeta, em primeiro lugar, as mulheres mais pobres, as mulheres das classes trabalhadoras.

Após a Greve Feminista Internacional, no 8 de Março de 2018, as argentinas não baixaram os braços e levaram uma luta incansável até à discussão do projeto da IVG, na câmara dos deputados, conseguindo arrancar 129 votos a favor, contra 125 votos negativos. A campanha acabou por não passar no Senado, em Agosto de 2018, mas levantou um debate na sociedade que transbordou além-fronteiras sobre a importância da mudança na lei para acabar com as mortes de centenas de mulheres e meninas todos os anos.

Desde então, o movimento não cessou, manteve-se mobilizado nas ruas, e no passado mês de Dezembro de 2020, conseguiu conquistar a legalização do aborto na Argentina. As mulheres argentinas demonstram assim a força da mobilização permanente.

Perante os problemas que afetam as mulheres e que se aprofundam com a pandemia, fazendo justiça às poderosas mobilizações das mulheres polacas e argentinas, o próximo 8 de Março só pode ser um dia de luta e de mobilização nas ruas contra o sistema capitalista que nos explora e oprime!



O MITO DA INFERIORIDADE DA MULHER

por EVELYN REED



Este texto é a introdução do trabalho teórico, de 1954, de Evelyn Reed sobre a evolução do papel da mulher ao longo da história da humanidade desmitificando a relação subalterna, supostamente natural, da mulher em relação ao homem. Evelyn Reed (1905-1979) foi militante do Socialist Workers Party dos Estados Unidos da América, pelo qual foi candidata à presidência deste país. Foi também membro do Movimento pela Emancipação das Mulheres, nos anos 60 e 70.

De um modo geral, uma das principais características do capitalismo e da sociedade de classes, é a desigualdade entre os sexos. Na vida econômica, cultural, política e intelectual, os homens são os amos, enquanto as mulheres cumprem um papel de subordinadas e inclusive de submissas. Só muito recentemente a mulher começou a sair da cozinha e dos quartos das crianças para protestar contra o monopólio do homem. Mas a desigualdade inicial permanece.

Esta desigualdade entre os sexos caracterizou a sociedade de classes desde o seu início já há cerca de dois mil anos, permanecendo através dos seus três períodos mais importantes: escravagismo, feudalismo e capitalismo. Por esta razão, a sociedade de classes caracteriza-se essencialmente pela dominação masculina, e esta dominação foi difundida e perpetuada pelo sistema da propriedade privada, pelo Estado, pela Igreja e pelas instituições familiares que servem os interesses dos homens. Com base nesta situação histórica divulgou-se o mito da pretendida superioridade social do sexo masculino. Geralmente, diz-se como um axioma imutável que os homens são socialmente superiores porque são naturalmente superiores. De acordo com este mito, a supremacia masculina não é um fenómeno social característico de um momento determinado da história, mas sim uma lei natural. Os homens, afirma-se, foram dotados pela natureza de atributos físicos e mentais superiores.

Para a mulher, propagou-se um mito equivalente, de defesa desta pretendida superioridade do homem. Afirma-se — como axioma imutável — que as mulheres são socialmente inferiores, porque são naturalmente inferiores aos homens. E qual a prova disso? Que as mulheres são mães. Afirma-se que a natureza condenou o sexo feminino a uma posição inferior.

Isto é uma falsificação da história natural e social. Não é a natureza, e sim a sociedade de classes que rebaiou a mulher e elevou o homem. Os homens obtiveram sua supremacia social através da luta contra a mulher e suas conquistas. Mas esta luta contra os sexos era somente uma parte da grande luta social: o desaparecimento da sociedade primitiva e a instituição da sociedade de classes. A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inúmeras desigualdades, inferioridades, discriminações e de-

gradações. Mas esta realidade histórica foi dissimulada atrás de um mito da inferioridade feminina.

Não foi a natureza, e sim a sociedade quem roubou da mulher o seu direito de participar nas tarefas mais altas da sociedade, exaltando somente as suas funções animais de maternidade. E este roubo foi perpetuado mediante uma dupla mistificação. Por um lado, a maternidade apresenta-se como uma aflição biológica. Por outro, esse materialismo vulgar apresenta-se como algo sagrado. Para consolar as mulheres como cidadãs de segunda classe, as mães são santificadas, adornadas com uma auréola e dotadas de “intuições” especiais, sensações e percepções que vão além da compreensão masculina. Santificação e degradação são simplesmente dois aspectos da exploração social da mulher na sociedade de classes.

Mas isto não existiu sempre: possui somente alguns milhares de anos. Os homens não foram sempre o sexo superior, uma vez que não foram sempre os dirigentes industriais, intelectuais e culturais.

Pelo contrário, na sociedade primitiva, em que as mulheres não eram nem santificadas nem degradadas, eram elas as dirigentes da sociedade e da cultura. A sociedade primitiva era um matriarcado, o que significa, como indica a própria palavra, um sistema no qual quem organizava e dirigia a vida social não eram os homens, mas as mulheres. Mas a distinção entre os dois sistemas sociais vai muito além desta mudança de papel de dirigente dos dois sexos. A direção social das mulheres na sociedade primitiva não estava fundada sobre a opressão do homem. Pelo contrário, a sociedade primitiva não conhecia desigualdades sociais, inferioridades ou discriminações de qualquer espécie. Estava fundada sobre uma base de completa igualdade. Portanto, de fato, através da direção das mulheres, os homens passaram de uma condição atrasada a um papel social e cultural mais elevado.

Nesta sociedade primitiva, longe de ser vista como um sofrimento ou um símbolo de inferioridade, a maternidade era considerada um grande dom da natureza. A maternidade investia as mulheres de poder e prestígio; e havia boas razões para que tal acontecesse.

A humanidade nasce do reino animal. A natureza dotou somente um dos sexos, o feminino, com órgãos e funções procriadoras. Este dom biológico foi o que

de fato tornou possível a transição do reino animal ao humano. Como demonstrou Robert Briffault, em seu livro *The Mothers (As Mães)*, graças aos cuidados de alimentar, cuidar e proteger os seus filhos.

No entanto, como demonstraram Marx e Engels, todas as sociedades, tanto as passadas como a presente, fundamentam-se no trabalho. Não era somente a capacidade das mulheres de reproduzir que teve um papel decisivo, uma vez que todas as fêmeas animais dão à luz. Para a espécie humana foi decisivo o fato de que a maternidade impulsiona o trabalho, e sobre a fusão da maternidade com o trabalho, fundou-se, na verdade, o primeiro sistema social.

As mães foram as primeiras que tomaram o caminho do trabalho, e com este iniciou-se o caminho da humanidade.

Foram as mães quem se converteu na maior força produtiva; as operárias e camponesas, as dirigentes da vida científica intelectual e cultural. E conseguiram tudo isso precisamente porque eram mães: e, de início, a maternidade se fundia com o trabalho. Esta união permanece até hoje em dia na linguagem de controle sobre suas provisões para poder progredir e desenvolver-se. Controle significa não só alimento suficiente para hoje, mas um excedente para amanhã e a capacidade de conservá-lo para o futuro. Partindo deste ponto de vista, a história humana pode ser dividida em dois períodos principais: o período da coleta de alimentos, que dura uns cem mil anos, e o período da produção de alimentos, que se inicia com a invenção da agricultura e a domesticação de animais, há mais de oito mil anos.

Na primeira época, a divisão do trabalho era muito simples. Geralmente, é descrita como uma divisão entre os sexos, ou divisão de trabalho entre o macho e a fêmea (as crianças davam sua contribuição assim que possível: as meninas eram educadas para trabalhos femininos e os meninos para trabalhos masculinos). Esta divisão de trabalhos determinava uma diferenciação entre os sexos nos métodos e na maneira de recolher comida. Os homens eram caçadores, ocupação de tempo integral que os mantinha longe de casa ou do acampamento durante períodos mais ou menos longos. As mulheres recolhiam os produtos vegetais do campo e das proximidades das habitações.

Portanto, devemos compreender que, com exceção

de áreas particulares do mundo e num período histórico determinado, a fonte mais segura de provisões alimentares não eram os animais (proporcionados pelos homens), mas sim os vegetais (proporcionados pelas mulheres).

Otis Tufton Mason escreve:

Em todos os lugares do mundo em que a raça humana avançou, as mulheres descobriram que os produtos típicos daquela terra se transformariam na sua segurança. Na Polinésia, o cará ou a árvore da fruta na África a palmeira e a mandioca, o milho e a batata-doce. Na Europa, os cereais. Na América, o trigo e a batata etc...

Alexander Golden Weiser enfatiza

Em todas as partes do mundo a manutenção da família é garantida com maior regularidade e certeza pelas tarefas da mulher, ligada à casa, do que pelas do marido ou filhos caçadores que estão longe. Realmente, nos povos primitivos, era um espetáculo habitual o homem voltar ao lar depois de uma caçada mais ou menos árdua, com as mãos vazias e morto de fome. Portanto, as provisões vegetais deviam bastar para suas necessidades e para as do restante da família.

Então, podia-se contar com as provisões alimentícias que as mulheres recolhiam, e não os homens. Mas as mulheres também eram caçadoras, embora praticassem um outro tipo distinto de caça. Além de desenterrarem raízes, tubérculos etc., recolhiam lagartos, aves, lagartixas, moluscos e outros pequenos animais como lebres, roedores etc. Esta atividade era de fundamental importância, pois parte desta caçada era levada viva aos acampamentos, e foram a base das primeiras experiências com a domesticação.



Portanto, foi sob a direção das mulheres que se iniciaram as técnicas mais importantes de domesticação de animais, técnicas que logo alcançariam o nível mais alto com a criação dos animais. O fato da mulher domesticar animais tem relação com seu instinto materno. Sobre isso, diz Mason:

A primeira domesticação é simplesmente a adoção dos filhotes abandonados. O caçador traz para casa um cabrito ou um cordeiro, vivos. À mulher e as crianças tratam dele e acariciam-o, e inclusive ela amamenta-o no peito. Pode-se apontar exemplos intermináveis de como as mulheres sabiam capturar e domesticar os animais da selva. De todas as formas, as mulheres se ocuparam, em grande parte, dos animais que forneciam leite e lã.(3)

Vemos que, enquanto um aspecto da atividade feminina no campo - a coleta de alimentos - nos leva à domesticação de animais, um outro aspecto nos conduzirá ao descobrimento da agricultura. Um dos trabalhos da mulher era escavar a terra com uma estaca - um dos primeiros utensílios da humanidade - para buscar alimentos. Ainda hoje, em algumas regiões subdesenvolvidas do mundo, a estaca é considerada parte inseparável da mulher, como um filho seu. Por exemplo, quando os homens brancos descobriram os índios shoshones do Nevada e Wyoming, deram-lhes o nome de “os escavadores” (the diggers) porque inclusive hoje usam esta técnica para procurar alimentos.

Graças precisamente a esta atividade, as mulheres finalmente descobriram a agricultura. Sir James Frazer dá-nos uma bonita descrição deste processo, nos seus primeiros estágios.

Tomando como exemplo os nativos de Victoria Central, na Austrália, escreve:

O instrumento que usavam para tirar raízes do solo era um pau que media cerca de 7 a 8 pés de comprimento, endurecido a fogo, e com uma ponta no final, que lhes servia de arma, tanto ofensiva como defensiva. A partir daqui, podemos descobrir quais foram os passos dados para se chegar ao cultivo sistemático do solo.

Um pau comprido é enterrado no solo e sacudido várias vezes para remover a terra que, por sua vez, é recolhida com a mão esquerda e jogada para outro lado. Desta forma escavam rapidamente, mas a quantidade de trabalho é demasiadamente grande em relação aos resultados. Para recolher uma batata com uma circunferência de meia polegada aproximadamente, devem escavar um buraco de um pé de largura por dois de profundidade, como mínimo. As mulheres e as crianças dedicam uma parte considerável de seu tempo a este trabalho.

Nos terrenos férteis, onde a batata-doce cresce em abundância, a terra é peneirada. O efeito de escavar a terra ao redor das raízes e das batatas-doces propiciou o enriquecimento e a fertilização do solo, e desta maneira aumentou a coleta de raízes e ervas. A queda da semente na terra anteriormente revolta com o pau, contribuiu para se obter um resultado idêntico. Além disso, as sementes levadas pelo vento, pouco depois davam outros frutos.

Com o passar do tempo, as mulheres aprenderam a ajudar a natureza, retirando as ervas daninhas dos campos e protegendo as plantas que estavam crescendo. Finalmente, aprenderam também a plantar e semear.

Não só a quantidade e a qualidade foram melhoradas, mas também foram descobertas novas espécies de plantas e vegetais. Chapple e Coon dizem:

Com o cultivo, o processo seletivo produziu muitas novas espécies de vegetais ou alterou profundamente as

características das já existentes. Na Melanésia chegam a fazer crescer batatas de seis pés de comprimento e cerca de um pé de espessura, e inclusive mais que isso. Enquanto que as míseras raízes que os australianos tiram da terra não são maiores do que um grão-de-bico.

Vejamos como Mason resume os passos dados na agricultura:

A evolução da agricultura primitiva passa pela busca de vegetais, a fixação das habitações próximas dos mesmos, a escavação do terreno, o semear, o manual e finalmente com a utilização de animais domésticos.

Segundo Gordon Childe, todas as plantas comestíveis, como também o linho e o algodão, foram descobertas pelas mulheres, em épocas primitivas.

A descoberta da agricultura e da domesticação de animais permitiu ao gênero humano superar o estágio da coleta de alimentos e passar ao seu cultivo. Isso representou para a humanidade a primeira vitória sobre o problema das provisões de víveres. Esta conquista foi realizada pela mulher. A grande Revolução Agrícola, que proporcionou alimento aos homens e aos animais, foi a coroação do trabalho produtivo feminino que se iniciou no dia em que se utilizou a estaca para cavar a terra.

De qualquer forma, poder controlar a provisão de alimentos significou muito mais que confiar simplesmente na fertilidade da natureza. Para a mulher, significou principalmente entregar-se ao seu trabalho, à experiência, às suas capacidades de inventar e inovar. As mulheres tiveram que descobrir todos os métodos particulares de cultivo adaptados a cada espécie de planta ou semente. Tiveram que aprender as técnicas da colheita, da limpeza do grão, da moenda etc., e inventar todos os utensílios adequados para cultivar o terreno, recolher e guardar a colheita, e, finalmente, transformá-la em comida.

Em outras palavras, a luta pelo controle dos alimentos trouxe não só o desenvolvimento agrícola, mas proporcionou as bases iniciais para a produção e para a ciência.

Para a leitura completa deste texto siga o código QR ou a ligação:

<https://www.marxists.org/portugues/reed-evelyn/1954/mes/mito.htm>



BRASIL

GOVERNO BOLSONARO E A UNIDADE NECESSÁRIA PARA O COMBATER

por NUNO GERALDES

O Governo Bolsonaro, assente num triunvirato entre fascistas, neoliberais e militares, apesar de não ter conseguido impor uma derrota histórica à classe trabalhadora e subverter o regime brasileiro, impondo uma ditadura, como muitos vaticinavam, conseguiu alguns avanços na sua bonapartização, no seu endurecimento.

Implementou vários ataques sobre os direitos sociais e laborais e incentivou a violência contra negros, mulheres, indígenas e LGBT's. No plano internacional, vemos uma política lambe-botas aos EUA e ao sionismo israelita, antiquadas bravatas anticomunistas, com linguagem da guerra fria, contra o Governo venezuelano e, contrariamente ao seu lema de exaltação nacionalista de "Brasil acima de tudo", Bolsonaro lidera um projeto de entrega dos recursos do país, através do qual se reforça a sua subordinação aos EUA, destruindo o maior património natural do Brasil e do mundo para encher os bolsos da banca internacional.

Tudo isto é agravado pela pandemia, perante a qual Bolsonaro adopta uma política negacionista que já gerou 10 milhões de casos de COVID-19, custou 250 mil vidas e lançou o país numa grave crise social e económica.

Perante estes ataques e a crise política, social e económica que assola o povo brasileiro, a necessidade de conformar uma frente de luta para derrotar Bolsonaro é premente. A tentação de unir toda a oposição contra Bolsonaro, numa plataforma permanente, é grande. Mas devemos ter em conta que as diferentes forças políticas, que comporiam a tal frente ampla, correspondem a diferentes classes e sectores de classe, com objetivos e táticas antagónicas entre si. Neste sentido, devemos colocar a questão mais importante de todas quando falamos de políticas unitárias: unidade com quem e para quê?

A discussão sobre táticas unitárias é hoje fundamental, no Brasil e um pouco por todo o mundo. Unidade para lutar é correto e imperativo na atual situação, frentes o mais amplas possíveis em defesa de direitos, para lutas específicas que consigam mobilizar a classe



trabalhadora para lutar, mas isto não é o que grande parte da esquerda brasileira propõe quando fala de frentes e de unidade.

A maior parte das propostas de frente que vemos na esquerda brasileira trata-se de unidades políticas e eleitorais. Não são unidades de acção ou frentes de luta em torno de ataques concretos que tenham despoletando a necessidade e consciência das massas para sair à luta, em defesa da melhoria das suas condições de vida. Não são a simbiose entre a necessidades do povo em resistir aos ataques de que é alvo e a sua vanguarda consciente, corporizada nos partidos da classe trabalhadora. Existem propostas para todos os gostos que vão desde frentes amplas para unir todos os "democratas", incluindo a burguesia dita "progressista", até à frente eleitoral com toda a "esquerda", incluindo o PT.

Na nossa opinião, devemos ter claro que depositar

confiança num sector da burguesia, mesmo que se diga "progressista", é uma ilusão perniciososa. Em última instância, não tenhamos dúvidas que a burguesia dita "progressista" preferirá a repressão bolsonarista à ameaça da revolução dos trabalhadores. Nada os assusta mais do que isso, nem o fascismo, tal é o seu medo de perderem os seus benefícios às mãos das classes trabalhadoras. As unidades com a burguesia "progressista" devem ser exclusivamente pontuais, em torno de exigências concretas no sentido da conquista de melhores condições políticas e de vida para a classe trabalhadora, tendo como objectivo a sua mobilização, nas ruas. Com sectores da burguesia podemos estabelecer acordos pontuais, mas nunca um compromisso.

O PT, que sempre teve uma política de compromisso e aliança com a burguesia brasileira, que geriu o Estado burguês brasileiro por mais do que uma década, também

O erro de conformação de unidades com o PT, sem que assentem sobre a mobilização nas ruas, em torno da conquista de objectivos concretos, torna-se ainda pior perante a actual situação brasileira em que parece existir importantes sectores da classe trabalhadora em desprendimento da base do PT, à procura de uma alternativa, à esquerda, junto do PSOL. O resultado eleitoral de Bolos, candidato do PSOL em São Paulo, nas últimas eleições, parece evidenciá-lo.

não faz parte da solução, mas sim do problema. Apesar da sua influência sindical e política sobre a classe trabalhadora, há já muito tempo que o PT trocou as ruas pelas negociatas com as elites burguesas e os corredores do congresso. Foi precisamente a governação conciliadora do PT que abriu as portas a Bolsonaro, ao não dar resposta aos problemas que o capitalismo gera para as classes trabalhadoras e classes médias da população brasileira.

As unidades com o PT, sejam eleitorais ou de outro âmbito, sem que assentem sobre a mobilização nas ruas, em torno da conquista de objectivos concretos, só poderão corresponder aos anseios eleitorais da sua cúpula, uma vez que empurrará os trabalhadores para a conclusão de que sem lutar podem conseguir melhorar as suas vidas, confiando na direcção do PT e nas instituições do regime. Os possíveis ímpetus da classe trabalhadora são assim mantidos em lume brando, a sua consciência não avança e as classes dominantes vão-se gerindo através do jogo parlamentar. O erro de conformação de unidades com o PT, sem que assentem sobre a mobilização nas ruas, em torno da conquista de objectivos concretos, torna-se ainda pior perante a actual situação brasileira em que parece existir importantes sectores da classe trabalhadora em desprendimento da base do PT, à procura de uma alternativa, à esquerda, junto do PSOL. O resultado eleitoral de Bolos, candidato do PSOL em São Paulo, nas últimas eleições, parece evidenciá-lo.

Por isso, quando vemos grande parte da esquerda brasileira, ao longo dos últimos 2 anos, a piscar o olho a Lula e a preparar a estratégia eleitoral para as presidenciais de 2022, como a solução a Bolsonaro, não podemos deixar de dizer que para esse peditório não damos. Para nós, a frente única é uma unidade para lutar, para mobilizar a classe trabalhadora, para fazer avançar a sua consciência quanto aos problemas que enfrenta, não para arrefecer a luta até ao voto, beneficiando a esquerda reformista e a burguesia.

O QUE ENTENDEMOS COMO A UNIDADE NECESSÁRIA?

Concordamos com o dirigente trotsquista Nahuel Moreno quando dizia que a frente única é uma tática política sobretudo defensiva, para situações específicas da luta de classes e deve responder às necessidades profundas de uma etapa do movimento de massas. Somente quando existe uma necessidade premente e imperiosa para que o movimento dos trabalhadores se una, e exista também a consciência dessa necessidade, fundamentalmente no seu setor mais maioritário e mais atrasado, é que podemos aplicar essa tática.

Isso quer dizer que, em geral, somente quando há uma feroz ofensiva da classe burguesa é que surgem as condições para propor a frente única. Porque a classe trabalhadora sente essa ofensiva brutal contra ela e

quer dar uma resposta unitária. Por isso, os momentos da frente única são os de brutal ofensiva contra o nível de vida e trabalho da classe trabalhadora ou quando há perigo de golpes bonapartistas ou fascistas. Acima de tudo, a frente única serve para mobilizar as massas, chamando-as para lutar contra a burguesia e seu governo em torno de reivindicações comuns, as suas reivindicações mais urgentes.

Por outro lado, devemos ter em conta que se o partido revolucionário tiver uma influência marginal sobre a classe trabalhadora, o apelo à frente única, assumirá um carácter meramente propagandístico, muitas vezes, sem um efeito prático e imediato. Não sendo maioritário, quanto maior e mais influente for o partido revolucionário sobre a classe trabalhadora, mais facilmente poderá influir sobre a aplicação de táticas unitárias. Caso contrário, o chamado à unidade torna-se a declaração de um aparente princípio. Uma frente única com influência sobre a classe trabalhadora está, sobretudo, dependente das lideranças dos partidos maioritários da classe trabalhadora. Podemos e devemos pressioná-las a que tal aconteça, mas não limitar a aplicação de várias outras táticas à concretização da frente única.

De facto, unidade contra Bolsonaro é necessária e urgente, mas não é no abstracto. Sem um âmbito e uma conjuntura política propícia à sua aplicação, corremos o risco de, contrariamente ao que esperamos, transformar a tática frente única numa estratégia, e de contribuir para manter a classe trabalhadora dividida, desmobilizada e frágil perante a classe dominante.

É preciso, então, uma unidade que se concretize nas ruas, em processos de luta bem definidos, que dialogue com a base dos outros partidos de esquerda, como o PT, em torno das necessidades mais comuns, urgentes e populares, e que exija que as suas direcções mobilizem os sectores da classe trabalhadora sob a sua influência.

A situação política brasileira é desesperante, mas é preciso ir muito além do cheque em branco para mais um Governo PT. A unidade com o PT só se pode concretizar em torno das lutas dos trabalhadores e oprimidos nas ruas, com o objectivo estratégico de forjar a resistência ao Governo Bolsonaro e, através desse processo, criar um projecto político de esquerda, alternativo e independente, face à política da burguesia bolsonarista e à política de conciliação do PT. Esta é a conjugação tática, em torno da estratégia que urge, no Brasil e no mundo: construção de uma esquerda revolucionária, alternativa e independente, composta pela classe e para a classe trabalhadora.



RÚSSIA

CONTESTAÇÃO A PUTIN SOBE DE TOM, MAS NAVALNY NÃO É SOLUÇÃO

por PEDRO CASTRO

Navalny regressou à Rússia, vindo da Alemanha, no dia 17 de Janeiro, depois de ter recuperado do envenenamento com o agente tóxico Novichok, em Agosto de 2020, desenvolvido na antiga URSS. De imediato, Navalny acusou as forças secretas russas como sendo as responsáveis pelo seu envenenamento.

A chegada de Navalny ao país e a sua prisão, condenado a uma pena de prisão de 3 anos, atearam o descontentamento popular, assistindo-se às maiores manifestações de sempre contra o regime de Putin. Os dois fins-de-semana seguintes à chegada de Navalny, foram marcados por grandes manifestações, por toda a Rússia, tendo sido brutalmente reprimidas. O Governo russo levou a cabo uma dura campanha política para desmobilizar a população das manifestações. Foram detidos mais de 10.000 manifestantes. Metros e ruas foram encerrados para dificultar o acesso às manifestações, assim como foram ordenadas sanções a quem participasse das manifestações, decretando-as “ilegais”.

Se habitualmente a política do medo é eficiente, há momentos, no entanto, onde a maré da indignação galga o medo. Apesar de todos os impedimentos, acabaram por acontecer manifestações espalhadas por todo território russo, contra a prisão de Navalny, que reflectem não só a insatisfação contra o autoritarismo de Putin, mas também o descontentamento face a todos os problemas sociais e políticos que o povo russo enfrenta: corrupção generalizada, estagnação salarial, ausência de apoios sociais aos afectados pela pandemia, são algumas das razões compartilhadas pelos manifestantes, na sua larga maioria jovens.

NAVALNY É APENAS OUTRO PUTIN!

Navalny é o principal rosto da oposição a Putin, tendo ficado conhecido nas manifestações de 2012. Navalny tem elaborado vários estudos sobre a corrupção nas altas hierarquias do Estado russo e tem feito dos podres do regime de Putin a sua maior bandeira.

Ainda assim, Navalny partilha mais semelhanças que diferenças com o próprio regime de Putin. Navalny, tal como Putin, é um dos beneficiários do processo que transformou a velha burocracia estalinista na corrupta burguesia russa, após o desmantelamento da economia soviética, nos anos 1990. Navalny, tal como Putin, é um dos representantes do nacionalismo russo, sendo uma das figuras de diversas manifestações de extrema-direita russa, racista e xenófoba, inclusive ao lado de grupos neo-nazis e sectores conservadores da igreja ortodoxa russa. Ambos têm o objectivo de monopolizar os benefícios da economia russa em seu próprio benefício. A diferença substancial está no facto de Putin já o fazer e Navalny querer vir a fazê-lo.

Putin e a sua casta monopolizam os benefícios da economia russa com recurso ao controlo estatal das mais importantes empresas russas, dos media e do sistema de justiça, tudo através de um poderoso sistema repressivo político e social. No entanto, as elites que suportam Putin, com a queda dos preços dos produtos petrolíferos e com a ameaça da transição para energias renováveis, vêem os seus benefícios ameaçados. Este descontentamento encontra paralelo nas classes trabalhadoras, que vivem os efeitos da crise económica.

Navalny já entendeu as fissuras no regime de Putin e pretende construir a sua própria oligarquia, pelo que tem de substituir a casta de Putin por uma da sua confiança, através de um plano ultraliberal que coloque as elites suas aliadas nos postos de comando que hoje, maioritariamente, ainda suportam Putin. As potências ocidentais, concorrentes da Rússia, agradecem e apoiam, evidentemente, o trabalho de Navalny.

O facto de Navalny ter o apoio das potências ocidentais, não faz de Putin um anti-imperialista. Putin disputa o seu quinhão das riquezas mundiais, a par com as restantes burguesias mundiais, governando com mão-de-ferro o seu povo e influenciando na política da região que



lhe é adjacente. Foi, por exemplo, imprescindível para esmagar, custando muitas vidas, a Revolução na Síria, assim como apoia a ditadura egípcia e invadiu parte da Ucrânia. Navalny não é oposição a Putin. É apenas um concorrente.

Como diagnosticou Trotsky: ou uma revolução política destronaria a casta estalinista, democratizando o regime e mantendo o seu carácter operário, ou a URSS estaria condenada a retroceder ao sistema capitalista. A casta estalinista caiu já apodrecida, sugerindo a falsa conclusão de que o capitalismo é a única solução. Daí que praticamente não haja oposição à esquerda na Rússia e que a oposição, encabeçada por Navalny, venha precisamente da extrema-direita nacionalista e ultraconservadora, com planos económicos ultraliberais. Também na Rússia, urge uma alternativa à esquerda, verdadeiramente ligada aos anseios dos trabalhadores russos.

Abaixo o regime oligarca de Putin!
Abaixo a repressão policial!
Liberdade para os presos políticos!

OS PRIMEIROS DIAS DE BIDEN

por BRUNO CANCELINHA

Os EUA têm vivido um período muito conturbado. Donald Trump, que animou toda a extrema-direita a nível mundial, perdeu as eleições para o vice-presidente da era de Obama: Joe Biden. Este foi o resultado político das fortes mobilizações antirracistas e antifascistas — que brotaram por todo o país, durante o ano de 2020 — e à incompetência trumpista em gerir a crise pandémica.

A ADMINISTRAÇÃO BIDEN VOLTA AO IMPERIALISMO “DIPLOMÁTICO”

Biden herdou uma América num estado caótico. É o reflexo da decadência do império americano. O país ainda não tinha sequer um plano básico de testagem e vacinação. E, mesmo que o número de desempregados tenha diminuído desde o pico histórico em Abril do ano passado, quase 16% dos trabalhadores foram diretamente prejudicados pela pandemia.

As primeiras ordens executivas do novo Presidente consistiram largamente em reverter as políticas de Trump e em reorientar os EUA para os acordos com a burguesia internacional, bem como para reabilitar a imagem “amigável”, “ecologista”, e “humanista” com que as classes dominantes tanto gostam de se mascarar. Tentou, então, simultaneamente colocar-se, na aparência, como o candidato da classe trabalhadora americana e como estadista responsável, apelando constantemente ao “bipartidarismo” e ao consenso com os Republicanos.

Voltou a integrar a América no Acordo de Paris, e cancelou a construção da “Keystone XL pipeline” — um oleoduto que unia o Canadá ao Texas, passando por territórios indígenas. Medidas que, apesar de bem-vindas, são mais do que insuficientes para resolver a crise ambiental, e apenas servem para colocar um autocolante ambientalista na nova presidência.

Outra medida que tem sido apresentada como uma grande conquista da nova administração é a sua propos-



ta para aumentar o salário mínimo — que se encontrava congelado nos 7,25 \$/hora, desde 2009. A nova proposta vê esse valor elevar-se para os 15 \$/hora, até 2025. O valor é retirado da campanha popular Fight for Fifteen, lançada em 2012. Realmente é um aumento face ao salário inoportável que tinham em 2009, mas está longe de ser uma vitória. 15 \$/hora é um salário de miséria hoje e, devido à inflação, será ainda pior em 2025, quando o valor for realmente concretizado.

As exigências das manifestações antirracistas que encheram as ruas no verão de 2020 foram ignoradas pela nova presidência. Biden já garantiu que não vai reduzir o investimento na polícia nem abolir o ICE (os campos de detenção de imigrantes). Optando, em vez disso, por uma administração diversa, que fica bem na fotografia sem mudar a estrutura racista, imperialista e desumana que a sustenta.

OS “PROGRESSISTAS” MARCAM PASSO

Desde a saída de Bernie Sanders da corrida às primárias que a ala “progressista” do partido democrata nada mais tem feito que capitular à sua direção. Logo à partida, a lançar ilusões na candidatura de Biden (Sanders chegou mesmo a dizer que Biden seria o presidente mais progressivo desde o Franklin D. Roosevelt). E votando favoravelmente, em Março do ano passado, no Cares Act que, mesmo garantindo um rendimento base de 1.200 \$/mês, aos mais pobres, foi o maior bailout de sempre para os grandes grupos económicos.

Os membros da Squad — nome atribuído por Trump ao grupo de 6 representantes progressistas — têm-se mantido praticamente acrílicos à direção do Partido Democrata, mesmo quando decide bloquear apoios devido à pandemia. No mês passado, desperdiçaram uma oportunidade que traria a discussão por um serviço público de saúde à Câmara de Representantes. A estratégia era o #ForceTheVote, basicamente, só votariam em Nancy Pelosi para presidente da Câmara se ela abrisse essa discussão. Ao não fazer essa exi-

gência, os membros progressistas passaram um cheque em branco à direção Democrata, em vez de levantar exigências e de construir uma alternativa para o povo trabalhador.

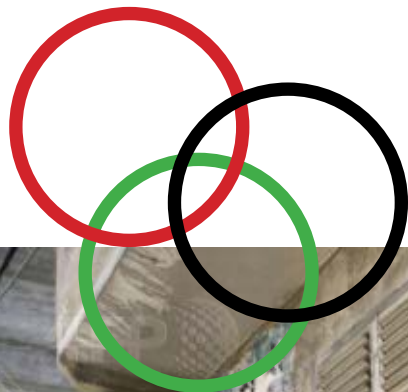
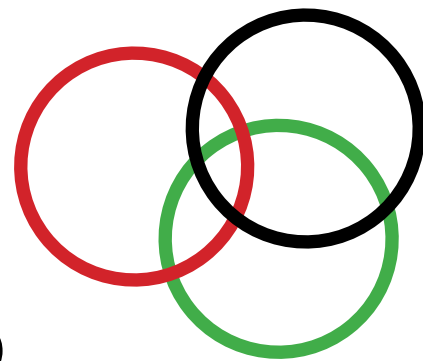
A CONSTRUÇÃO DE UMA ALTERNATIVA

A esperança que surgiu da eleição de novos membros auto-intitulados de “socialistas”, da possibilidade da construção de um partido de esquerda nos EUA, corre o risco de esmorecer com o acumular de traições e capitulações à direção do partido Democrata. Ainda assim, o crescimento da esquerda americana não deve ser desvalorizado. Praticamente, todas as organizações socialistas viram as suas fileiras engrossar significativamente nestes últimos anos. Começa, realmente, a surgir a possibilidade da construção de uma alternativa fora do partido Democrata.

As grandes mobilizações no ano 2020 — que tiveram repercussões internacionais —, a luta dos professores, dos trabalhadores da General Motors e das cadeias de fast-food, etc, revelaram um povo descontente e disposto a lutar por uma alternativa que lhes sirva a si e não aos magnatas do dinheiro. É certo que a direção destes movimentos não está a apelar à construção de uma alternativa revolucionária, mas mesmo um novo partido reformista, ligado aos interesses das classes trabalhadoras, poderia significar um salto qualitativo para a classe trabalhadora.

PALESTINA LIVRE

ISRAEL: “MODELO” GLOBAL DE VACINAÇÃO ANTI-COVID?



por MIGUEL LAMAS

União Internacional de Trabalhadores

Grande parte dos meios de comunicação fala do “grande sucesso” de Israel na luta contra a Covid, lembrando que já vacinou 30% da sua população, de nove milhões de habitantes, com a primeira dose, enquanto 8% já receberam a segunda. Isso efetivamente contrasta com as taxas de vacinação muito baixas na Europa e nos Estados Unidos, e quase zero nos países semicoloniais. Mas, do que Israel é um “exemplo”?

Primeiro, e como historicamente acontece com o estado racista de Israel, é um exemplo de discriminação. O plano de vacinação da Covid-19 abrange apenas cidadãos israelitas, incluindo os 600.000 colonos sionistas na Cisjordânia, mas exclui os quase cinco milhões de palestinos que vivem na Cisjordânia e na Faixa de Gaza sob ocupação militar israelita.

Além disso, Israel manteve durante todo o ano de 2020, e ainda mantém, no meio de uma pandemia, o bloqueio da Faixa de Gaza, o que impede ainda mais o bom funcionamento do seu sistema de saúde, sujeito a meio século de ocupação e mais de uma década de bloqueio, uma vez que não pode atender às necessidades da sua população. A pandemia de Covid-19 e a falta de acesso justo às vacinas só exacerbaram a discriminação e a desigualdade sofrida pela população palestina.

Enquanto o pequeno território de Gaza permanece bloqueado, a Cisjordânia é ocupada militar e economicamente nas suas melhores terras. Eles apropriaram-se da água potável para os seus 600.000 colonos, privando os palestinos do seu sustento. Por outras palavras, os territórios palestinos que representam apenas um quinto da Palestina histórica (o restante pertence ao Estado de Israel) estão bloqueados ou ocupados e totalmente subjugados economicamente. A Autoridade Palestina é uma formalidade sem recursos ou sobe-



rania.

A pandemia tornou-se mais uma ferramenta para o sionismo destruir a sociedade palestina e continuar a expulsar a sua população para outros países árabes.

ISRAEL, CAMPO DE TESTES DA PFIZER E DESASTRE SOCIAL

O Estado de Israel, no meio de uma crise política, realizará eleições em março. O seu governante, o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu, está sendo fortemente questionado por corrupção. Ele tenta aparecer como o “salvador” de Israel contra a Covid-19.

O acordo com a Pfizer, além do altíssimo preço acordado de 38 dólares para cada dose (na Europa são 24 dólares), torna todo o país um campo de testes porque o Estado de Israel prometeu entregar imediatamente à Pfizer todos os históricos clínicos dos vacinados.

Logicamente, a farmacêutica, além de vender milhões de vacinas, tem interesse em ter no seu poder e usar para seu benefício económico todas as informações possíveis sobre os efeitos colaterais e a imunidade gerada pela sua vacina. As vacinas Pfizer e Moderna são as

primeiras vacinas de RNA da história da humanidade, uma nova tecnologia que ainda não está suficientemente comprovada, que recebeu luz verde das autoridades dos EUA e da Europa após uma emergência sanitária. Portanto, não há dados claros sobre se ela pode prevenir a transmissão do vírus e proteger a longo prazo.

Como acontece em quase todos os países do mundo, as consequências económicas da pandemia no sistema capitalista são extremamente severas e aprofundam a desigualdade social entre os próprios cidadãos israelitas. Enquanto os setores económicos de alta tecnologia não só continuaram a funcionar plenamente, assim como prosperaram nesses meses, outros estão à beira do colapso. As famílias mais pobres são deixadas de fora do sistema educacional devido à má conexão à Internet e à falta de computadores. Há centenas de milhares de novos desempregados e também empregados que são obrigados a aumentar a sua carga de trabalho sem aumento de salário.

Em outras palavras, Israel, longe de ser um “exemplo” perante a pandemia, mostra e exagera a natureza racista, genocida e profundamente exploradora do Estado sionista.

CATALUNHA

A LUTA PELA AUTODETERMINAÇÃO NÃO CESSOU

por FLÁVIO FERREIRA



No passado dia 14 de Fevereiro, tiveram lugar as eleições legislativas na Catalunha.

No contexto de pandemia que atravessamos, também na Catalunha, a abstenção cresceu substancialmente, dos 21%, em 2017, para os actuais 46%. Com uma base votante consideravelmente mais reduzida, iremos tomar os valores percentuais como a referência para as comparações com as eleições anteriores.

O vencedor das eleições foi o Partido dos Socialistas da Catalunha (PSC) que subiu dos 13,87% e 17 deputados, em 2017, para os actuais 23,02% e 33 deputados, ficando em primeiro lugar. Este resultado evidencia uma boa notícia para o governo nacional em funções, sobretudo, para o PSOE. O PSC parece conseguir conquistar uma parte importante dos catalães moderados, classes médias e trabalhadores que ainda conservam uma certa estabilidade nas suas vidas e que não são favoráveis à independência. Estes foram os sectores sociais que em 2017 votaram no Cidadãos (Cs), partido liberal de centro-direita, e que actualmente parecem ter-se transferido para o PSC. O Cs é mesmo o grande derrotado deste acto eleitoral, passando dos 25,23% e 36 deputados, em 2017, para os actuais 5,57% e apenas 6 deputados.

Logo atrás do PSC ficou o Esquerda Republicana da Catalunha (ERC) com 21,31% e o Juntos pela Catalunha (JxC) com 20,06%, partidos independentistas, mas representando o centro-esquerda e o centro-direita catalães, respectivamente. Estes mantiveram, sensivelmente, as mesmas percentagens de 2017, mas alteraram de posição. Hoje, o ERC é o partido independentista mais votado, assumindo o anterior lugar do JxC, e colocando-se à cabeça das negociações de um possível governo composto exclusivamente por independentistas. Depois do fracasso e da repressão sobre a proclamação da independência, levada a cabo pelo JxC, em Outubro de 2017, a ERC abandonou a “via unilateral”, propondo agora a “via concertada” com o governo espanhol. Não nos podemos esquecer que a ERC é parte do apoio fundamental à manutenção do Governo nacional PSOE/UP.

O Catalunha em Comum – Podemos (CCPodemos),

partido irmão do Podemos, contrário à repressão do estado espanhol central mas sem defender abertamente uma posição de independência da Catalunha, passa dos 7,46%, em 2017, para os actuais 6,86%, mas mantém os mesmos 8 deputados que já tinha. Daqui também se pode retirar a conclusão de que nem a sua posição sobre a autodeterminação da Catalunha satisfaz, nem a sua colaboração com o PSE no governo nacional estão a representar grandes frutos eleitorais.

A Candidatura de Unidade Popular (CUP), esquerda anticapitalista e independentista, conquistam uma importante subida, dos 4,46% e 4 deputados, em 2017, para os actuais 6,68% e 9 deputados.

À direita, para além da dura derrota do Cs, o Partido Popular (PP) continua o seu processo de declínio, canibalizado pela extrema-direita, alcançando apenas 3,85% dos votos e 3 deputados, menos 1 que em 2017. O VOX, partido de extrema-direita espanhol, abertamente saudosista da ditadura franquista, conquistou o quarto lugar, com 7,69% e 11 deputados, na primeira vez que concorre a eleições na Catalunha.

Como se pode verificar, as três forças políticas mais votadas na Catalunha (PSC, ERC e JxC) tiveram percentagens de voto muito semelhantes, em torno dos 20%. Estes resultados evidenciam a manutenção de uma Catalunha bastante fragmentada, sem que nenhuma força política consiga formar governo sozinha. O processo de autodeterminação não foi completamente derrotado e o povo catalão continua à procura de uma solução para os seus problemas. Por outro lado, também no Estado espanhol, a direita tradicional parece atravessar uma crise profunda, alimentando o crescimento da extrema-direita. O crescimento das CUP e o surgimento da extrema-direita no parlamento catalão evidenciam ainda elementos de polarização social.

Ainda assim, os resultados eleitorais evidenciam uma maioria favorável à independência da Catalunha. A ERC, JxC e CUP conseguem manter uma maioria e a pressão pela autodeterminação catalã.

Neste momento, parecem existir, aliás, duas maiorias com capacidade de formar governo. Ou um governo formado pelo PSC e os partidos de esquerda (CCPodemos,

mos e ERC), à semelhança do Governo PSOE/UP e o apoio da ERC, que já existe a nível nacional. Ou um governo entre independentistas, composto pelo ERC, JxC e CUP.

É de salientar que o ERC, JxC e CUP assinaram um acordo, antes das eleições, que impede a formação de um governo que inclua o PSC, o que pode já indicar como mais provável a possibilidade de um governo entre independentistas. O ERC e JxC apontam a via da negociação com o governo central para a realização de um referendo de autodeterminação e o alcance de um acordo para a amnistia dos presos políticos envolvidos na declaração de independência da Catalunha, de Outubro de 2017.

A CUP assume o referendo de autodeterminação, a liberdade para os presos políticos e as vagas propostas de defesa do ambiente e “progressismo” como os pilares norteadores do seu apoio a um governo. A CUP, como esquerda anticapitalista, deve ponderar muito bem se a possibilidade de apoio a um governo independentista, com partidos que representam as elites catalãs, não significa a diluição das reivindicações da classe trabalhadora na luta pela independência, como tem ocorrido muitas vezes.

O independentismo no Estado espanhol sempre teve limitações, não tendo sido capaz de apontar um projecto político que seja do interesse do conjunto da classe trabalhadora da Catalunha e de todo o Estado espanhol, unificando solidariamente todos os trabalhadores numa luta comum contra a crise que atravessamos, em defesa dos serviços públicos, dos rendimentos, do emprego e dos direitos democráticos e laborais, rompendo o cerco nacionalista que existe em torno da luta pela independência catalã.

Para além do que se acaba de referir, é determinante que as negociações com o governo central sejam acompanhadas com a mobilização nas ruas. A CUP deve ter aqui um papel fundamental.

Entretanto, atravessamos mais um entre muitos casos de repressão política que têm lugar no Estado espanhol, através do julgamento e prisão do rapper catalão Pablo Hasél sob a acusação de “injúrias à monarquia e a instituições do Estado, em publicações na rede social Twitter e através de uma canção”. Este é apenas mais um caso da forma como o Estado espanhol trata os mais básicos direitos à liberdade de opinião.

É fundamental o fim da repressão do governo centralista autoritário de Madrid, que se diz de esquerda, do PSOE/UP, e a libertação de todos os presos políticos, respeitando o direito à independência das nacionalidades que assim o desejem, no caminho de uma sociedade liberta da exploração capitalista, num estado espanhol republicano, livre da monarquia dos Bourbons e onde sejam tidas em conta as aspirações legítimas do povo catalão e das outras nacionalidades do Estado espanhol.

Liberdade democrática para decidir frente à imposição pela repressão policial!

Autodeterminação frente ao nacionalismo espanhol! República frente à monarquia!

CATALUNHA LIVRE ABAIXO A DITADURA MONÁRQUICA ESPANHOLA

LIBERDADE PARA PABLO HASÉL!

O rapper catalão Pablo Hasél foi condenado e preso, no passado dia 16 de Fevereiro, para cumprir uma pena de 9 meses de prisão, imposta pelo Supremo Tribunal Federal espanhol, sob a acusação de “insultos à Coroa e às forças e órgãos de segurança do Estado” e por “exaltar o terrorismo” no Twitter e através da letra de uma canção.

A acusação refere que Pablo Hasél dirigiu a Juan Carlos I os qualificativos de “parasita”, “bandido”, “ladrão”, “mafiosa e medieval monarquia”, “gangue criminoso”. Segundo o procurador Campos Navas, aquelas palavras são “completamente impertinentes e desnecessárias” para exprimir as ideias do rapper e “ferem a dignidade do rei emérito, minando o seu bom nome ou atentando contra a sua autoestima”, para justificar o crime de insultos contra a Coroa. No mesmo sentido, a acusação destaca as frases: “Guarda Civil torturando ou disparando em imigrantes”; “gangue de psicopatas que espancam aqueles que reivindicam os nossos direitos”; “a polícia de choque sempre espancou e torturou milhares de pessoas”, ou “a polícia mata com total impunidade” para justificar o crime de insultos e calúnias contra as Instituições do Estado.

Este é apenas mais um exemplo, entre muitos, da forma como o Estado espanhol trata os mais básicos direitos à liberdade de opinião, fazendo despoletar uma onda de solidariedade entre a juventude catalã, com importantes mobilizações, durante mais de 7 dias consecutivos e que se alastrou ao resto do Estado espanhol. Entre 2004 e 2020, o Estado espanhol prendeu 122 pessoas através da acusação de “glorificação do terrorismo”, mais 6 por “insultos à Coroa, a instituições do Estado e ofensas a sentimentos religiosos”, entre os quais estão vários músicos.

Ora, as frases enunciadas, cujos factos subjacentes são pública e sobejamente conhecidos, mesmo a nível internacional,

por serem precisamente factos comprovados, não são passíveis de serem consideradas como insulto. Mas mesmo que o fossem, mau caminho seguirá o Estado que decide prender os seus cidadãos pelo crime de “insulto” às suas instituições. É o caminho para se considerar o escrutínio público e democrático como um “insulto”, qual ditadura franquista, e desatar a perseguir e prender opositores. Uma vez que contra factos, não há argumentos, às instituições do Estado espanhol sobra a habitual força bruta da repressão.

Pedro Sánchez, secretário-geral do Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), em Maio de 2018, quando era então líder da oposição, referia: “que um rapper entre na prisão é muito mau sintoma sobre o estado da nossa democracia”. Hoje, enquanto presidente do Governo do Estado espanhol, refugia-se, com a cumplicidade do seu parceiro de governo Unidas Podemos (UP), no silêncio e promessas vãs de alterações à “lei da mordaza”. Também neste sentido Hasél foi certo: “Não só não revogaram a ‘lei mordaza’ como tinham prometido, como a alargaram ao aprovarem a ‘lei mordaza digital’”. Quanto à União Europeia, esse espaço supostamente “democrático” e exemplo de “solidariedade”, cujo Conselho é presidido por António Costa, o silêncio conivente também foi o caminho escolhido.

A acção do estado espanhol só pode ter uma leitura: “Para defendermos as elites espanholistas, é preciso prender e calar quem denuncia o pântano em que estamos mergulhados”. O Estado espanhol, com o Governo PSOE/UP e os seus apoiantes ao comando, acabam assim por empurrar o povo para a seguinte conclusão, expressa pelos próprios manifestantes em defesa da libertação de Pablo Hasél: “Nos habéis enseñado que ser pacíficos es inútil” [“Vocês ensinaram-nos que ser pacíficos é inútil”]. “Exalta o terrorismo” aquele que explora e oprime, não aquele que não se deixa calar perante tal injustiça.